

Ministério da Fazenda

Gabinete do Ministro / Assessoria para Assuntos Parlamentares Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 5° andar CEP 70070-917 (61) 3412.2531(2513) - aap.df.gmf@fazenda.gov.br

Oficio nº 291 AAP/GM-/MF

Brasília, /4 demovembrede 2016

A Sua Excelência a Senhora Deputada SIMONE MORGADO Presidente da Comissão de Finanças e Tributação Câmara dos Deputados, Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 136 Brasília - DF

Assunto:

Of. Pres. Nº 103/16-CFT, de 07.07.2016

Senhora Deputada,

Referindo-nos à correspondência acima indicada, encaminhamos a Vossa Excelência, de ordem do Sr. Ministro, cópia do Memorando nº 697/2016/RFB/Gabinete, de 26.10.2016, elaborado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as informações solicitadas sobre o Projeto de Lei nº 7.613/2014.

Respeitosamente,

DEMETRIUS FERREIRA E CRUZ

Assessor Especial do Ministro

Anexo: 1/6

L:Asses/ade/PIOfCFT97-16resp/31/10/16





Memorando nº 697/2016 - RFB/Gabinete

Brasilia, 26 de OUTUBRO de 2016.

Ao Senhor Assessor Especial de Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda

Assunto: Projeto de Lei nº 7.613/2014 — Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados para armas e munições

Memorando nº 10139/2016/AAP/MF

Encaminh anexa, para apreciação e demais providências, a Nota Cetad/Coest nº 131, de 30 de agosto de 2016, elaborada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros desta Secretaria da Receita Federal do Brasil, que analisou a matéria descrita em epígrafe.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

Secretário da Receita Federal do Brasil



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por THAIS CORSETE ROCHA em 25/10/2016 11:32:00.

Documento autenticado digitalmente por THAIS CORSETE ROCHA em 25/10/2016.

Documento assinado digitalmente por: JORGE ANTONIO DEHER RACHID em 26/10/2016.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIA CRISTINA MOREIRA GARCIA em 26/10/2016.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
 - https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx
- 2) Entre no menu "Outros".
- 3) Selecione a opção "eAssinaRFB Validação e Assinatura de Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP26.1016.21153.V4CP

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.





Nota CETAD/COEST Nº 131, de 30 de Agosto de 2016.

Interessado:

Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil / Câmara dos Deputados

Assunto:

Projeto de Lei nº 7.613/2014 – Concede isenção do Împosto de Importação e do

Imposto Sobre Produtos Industrializados para Armas e Munições.

e-processo nº: 10030.000490/0716-58

Esta Nota apresenta a estimativa de renúncia fiscal decorrente de eventual aprovação do Projeto de Lei nº 7.613, de 2014, de autoria do Deputado Moreira Mendes (nome parlamentar), o qual propõe a isenção Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre armas e munições.

- O requerimento de informações sobre a estimativa de renúncia fiscal foi enviado sob a forma de Of. Pres. de Nº 103/2016-CFT, em 07/07/2016 pela Presidente da Comissão, Deputada Simone Morgado, ao Sr. Excelentíssimo Ministro, após o que foi encaminhado ao Gabinete do Secretário da Receita Federal sob o Memorando de nº 10139 AAP/MF.
- O Projeto de Lei em epígrafe altera o Decreto-lei nº288/67, o qual altera a Lei nº 2. 3.173/57, conforme tabela abaixo:

Legislação Atual	Legislação Proposta (PL nº 7.613/2014)	
Decreto-Lei n°288/67 Art. 3°	Decreto-Lei n°288/67 Art. 1° O art. 3° do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 1°	
§ 1º Excetuam-se da isenção fiscal prevista no caput deste artigo as seguintes mercadorias: armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvo quanto a estes (posições 3303 a 3307 da Tarifa Aduaneira do Brasil - TAB), se destinados, exclusivamente, a consumo interno na-Zona Franca de Manaus ou quando produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e da flora regionais,	§ 1º Excetuam-se da isenção fiscal prevista no caput deste artigo as seguintes mercadorias: fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvo quanto a estes (posições 3303 a 3307 da Tarifa Aduaneira do Brasil - TAB), se destinados, exclusivamente, a consumo interno na Zona Franca de Manaus ou quando produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e da flora regionais, em conformidade com processo produtivo básico.	

em conformidade com processo produtivo	
básico. (Redação dada pela Lei nº	而现代的人。这种大多多。这种是一种种的人的
8.387, de 30.12.91)	

- 3. Não foram apurados valores de importações de armas e munições para a região da zona franca de Manaus. No entanto, caso se conceda isenção para do II e o IPI-importação, deverá haver um deslocamento de importação de outras regiões do país para a região da zona franca beneficiária.
- 4. Tendo isso em vista, apurou-se o impacto financeiro-orçamentário potencial do projeto de lei em análise com base nos valores das importações para o ano de 2015 (DW-Aduaneiro) de armas e munições e projetados para os anos posteriores pelos indicadores econômicos pertinentes aos referidos tributos.

Valores em Milhões R\$

		IPI
2016	22,14	30,91
2017	25,88	36,12
2018	30,81	43,01

- 5. Por fim, é importante ressaltar que os valores acima foram apurados com base nas importações de mercadorias de códigos NCM:
- 93010000; 93011000; 93020000; 93051000; 90131010; 93019000; 93031000; 93039000; 93040000; 93059010; 93059090; 93059100; 93062100; 93063000; 93069000; 93012000; e 93011100.

São essas as considerações pertinentes.

Tiago Augusto Alves Lacerda Auditor Fiscal da Receita Federal (Assinado e datado eletronicamente) Aprovo. Encaminhe-se ao chefe do CETAD.

Roberto Name Ribeiro

Auditor Fiscal da Receita Federal Coordenador da Coest (Assinado e datado eletronicamente)

Aprovo o conteúdo da presente nota técnica. Encaminhe-se à ASLEG

Claudemir Rodrigues Malaquias
Auditor Fiscal da Receita Federal
Chefe do CETAD
(Assinado e datado eletronicamente)



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por TIAGO AUGUSTO ALVES LACERDA em 24/10/2016 10:26:00.

Documento autenticado digitalmente por TIAGO AUGUSTO ALVES LACERDA em 24/10/2016.

Documento assinado digitalmente por: CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 25/10/2016, ROBERTO NAME RIBEIRO em 24/10/2016 e TIAGO AUGUSTO ALVES LACERDA em 24/10/2016.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIA CRISTINA MOREIRA GARCIA em 26/10/2016.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- Acesse o endereço:
 https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx
- 2) Entre no menu "Outros".
- 3) Selecione a opção "eAssinaRFB Validação e Assinatura de Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP26.1016.21185.ACH6

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.